

Sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento: o caso do projeto "Álcool Verde" em Capixaba/AC

Cleilton Sampaio de Farias¹

Silvio Simione Silva²

RESUMO

Atualmente, diante da problemática ambiental, é notável a emergência de modelos de desenvolvimento econômico que reconheçam a capacidade de carga do planeta terra e que respeitem seus limites. A proposta do Ecodesenvolvimento surgiu num contexto de controvérsia sobre as relações econômicas e o meio ambiente como alternativa de crescimento que concilie viabilidade econômica, equidade social e prudência ecológica, posteriormente, foi chamado de desenvolvimento sustentável como proposta conciliadora, onde se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina e que o crescimento é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e disparidades sociais. Finalmente, definido como aquele que satisfaz às necessidades atuais sem sacrificar a habilidade de o futuro satisfazer às suas. Diante dessas considerações, apontamos o projeto "Álcool Verde" como proposta de promoção de um agronegócio sucroalcooleiro na Amazônia Ocidental, suas contribuições e prejuízos no processo de desenvolvimento sustentável.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Sustentável, Agronegócio, Amazônia.

INTRODUÇÃO

O plantio de cana de açúcar é um dos primeiros marcos regulatório da propriedade privada em terras brasileiras. Os primeiros canaviais datam do século XVI, momento em que o produto tinha alto valor comercial na Europa, e sua implantação no Brasil foi fundamentada sobre o latifúndio, a monocultura e a mão de obra escrava, e tinha como elemento o engenho, a casa grande e a senzala. (PRADO JUNIOR, 1984, p.31-40). Por muito tempo, o seu principal subproduto foi o açúcar e álcool para ser adicionado a bebidas e outros usos industriais. Em meados do século XX, o etanol começou a ser adicionado à gasolina (como álcool anidro), deixando a produção de ser exclusivamente para o setor de alimentos,

¹ Mestrado em Desenvolvimento Regional – UFAC Cleilton.sampaio@ac.gov.br

² Doutor em Geografia Agrária, Professor do Programa de Desenvolvimento Regional da UFAC e da UNIR - ssiminione@terra.com.br

para destinar-se ao setor energético, direcionando parte da produção para subsidiar os combustíveis automobilísticos. (PROÁLCOOL, 2007, p. 01-05).

O programa brasileiro do álcool criado através do decreto nº 76.593, de 14/11/1975, surge em um momento de grande euforia desenvolvimentista, com o objetivo de incentivar a produção de cana de açúcar para a produção de álcool, com aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras (PROÁLCOOL, 2007). Em pouco tempo, o país criou uma ampla rede de distribuição de álcool hidratado, adaptou pioneiramente veículos, desenvolveu tecnologias para o uso do álcool anidro como aditivo para combustíveis e tão rapidamente produziu inovações institucionais e organizacionais.

O setor passou por um aparente declínio no uso energético da cana-de-açúcar no período de 1986 a 1995, mas na atual conjuntura nacional e mundial surge como um modelo sustentável com o advento do biocombustível e dos veículos movidos a motores *flex fuel*, ou seja, a biocombustíveis distintos.

O biocombustível surgiu como alternativa “sustentável” para a substituição de combustíveis fósseis não renováveis e poluentes, pois diz respeito a um combustível renovável obtido através de vegetais como a cana-de-açúcar. Diante do nível elevado das cotações do petróleo no mercado internacional, a expectativa é que aumente a produção e o consumo do álcool combustível (anidro e hidratado).

No Acre, o projeto Alcobrás, financiado com recursos da SUDAM, vinculado ao Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), foi criado no final da década de 1980 para produzir álcool combustível (anidro e hidratado), localizando-se na Fazenda Campo Grande, zona rural, no município de Capixaba, com a sede abrangendo uma área de 11 mil hectares. Mas, só funcionou cerca de uma semana e, desde então, as terras e o que restou dos maquinários foram abandonados.

Na seqüência, apresentaremos como o Álcool assume no Brasil e na Amazônia conotações importantes. Primeiro, o álcool pode se visto como alternativa energética por ser renovável. No contraponto, apresentamos as implicações ecológicas da agroindústria do álcool na geração de resíduos e na poluição e como a proposta do Álcool Verde surge na racionalidade sustentável na Amazônia ocidental rivalizando-se ao processo de produção de alimentos. Por último, centramos nosso esforço epistemológico na apresentação da proposta de produção de álcool no Acre, os desafios atuais a serem superados para efetivação de uma política que seja, ao mesmo tempo, sustentável e garantidora da qualidade de vida das populações envolvidas.

ÁLCOOL: A ENERGIA RENOVÁVEL

O contexto de inserção do álcool como alternativa energética está ligado inicialmente ao seu uso como alternativa às crises do petróleo ocorridas na década de 1970 do século XX, e mais recente como resposta à desordem ambiental global, intensificada pelo consumo de combustíveis fósseis.

No Brasil, o álcool surge como alternativa energética na década de 1970 do século XX, visando tentar diminuir a dependência externa por combustíveis fósseis. O programa PROÁLCOOL passou por uma evolução significativa e modificou não só a destinação da produção que antes era exclusiva para o setor de alimentos e passou para o setor de combustível, como também, a empresa automobilística que passou por transformação para adaptar os veículos para o uso do álcool. Na visão do governo ele é:

[...] um programa bem-sucedido de substituição em larga escala dos derivados de petróleo. Foi desenvolvido para evitar o aumento da dependência externa de divisas quando dos choques de preço de petróleo. De 1975 a 2000, foram produzidos cerca de 5,6 milhões de veículos a álcool hidratado. Acrescido a isso, o Programa substituiu por uma fração de álcool anidro (entre 1,1% a 25%) um volume de gasolina pura consumida por uma frota superior a 10 milhões de veículos a gasolina, evitando, assim, nesse período, emissões de gás carbônico da ordem de 110 milhões de toneladas de carbono (contido no CO₂), a importação de aproximadamente 550 milhões de barris de petróleo e, ainda, proporcionando uma economia de divisas da ordem de 11,5 bilhões de dólares. (PROÁLCOOL, 2007).

Fazendo uma retrospectiva da história do programa do álcool brasileiro percebe-se diversos avanços e retrocessos provocados pela estrutura política. Mas, a partir de 1986, o cenário internacional do mercado petrolífero é alterado. Os preços do barril caíram de um patamar de US\$ 30 a 40 para um nível de US\$ 12 a 20. Esse novo período, denominado “contra choque do petróleo”, colocou em xeque os programas de substituição de hidrocarbonetos fósseis e de uso eficiente da energia em todo o mundo, e assim motivou ao abandono da matriz baseada no álcool. (PROÁLCOOL, 2007).

Os baixos preços pagos aos produtores de álcool a partir da abrupta queda dos preços internacionais do petróleo (que se iniciou ao final de 1985) impediram a elevação da produção interna do produto. Por outro lado, a demanda pelo etanol, por parte dos consumidores, continuou sendo estimulada por meio da manutenção de preço relativamente atrativo ao da gasolina e da manutenção de menores impostos nos veículos a álcool comparados aos à gasolina. Essa combinação de desestímulo à produção de álcool e de estímulo à sua demanda, pelos fatores de mercado e intervenção governamental assinalados, gerou a crise de abastecimento da entressafra 1989-90. (PROÁLCOOL, 2007).

A crise de abastecimento de álcool do fim dos anos 1980 afetou a credibilidade do Proálcool, que, juntamente com a redução de estímulos ao seu uso, provocou, nos anos seguintes, um significativo decréscimo da demanda e, conseqüentemente, das vendas de automóveis movidos por esse combustível, mas,

atualmente, após o desenvolvimento de novas tecnologias o setor automobilístico voltou a apostar no álcool com o lançamento de veículos movidos a dois combustíveis distintos, o bicombustível.

O modelo bicombustível é uma forma encontrada pelas montadoras de oferecer mais confiança e opção aos motoristas que ao adquirir um automóvel com essa característica, podem optar por qual combustível usar, levando em consideração a oferta e o preço, e assim, não temer mais a indisponibilidade ou a aumento de preço, pois poderá usar sempre outra alternativa. Foi motivada pela demanda do consumidor por combustíveis alternativos que em 2003 a Volks lançou o primeiro carro "Total Flex" no mercado nacional, introduzindo o sistema em um modelo básico, o gol. (BOURNE JR, 2007) destaca que:

Atualmente, quase 80% dos carros vendidos no Brasil são do tipo flex: modelos pequenos e esportivos que circulam entre enormes e fumacentos caminhões a diesel. Com 1 litro de álcool custando em média 1 real menos que o litro de gasolina, a maioria desses veículos flex costuma ser abastecida com álcool. (BOURNE JR, 2007, p. 66).

Ainda segundo Bourne (2007), a preferência pelo etanol da cana-de-açúcar, como combustível, está no fato de ser considerado por muitos como um combustível limpo, tendo em vista que a produção e a queima do álcool de cana geram cerca de 55% a 90% menos dióxido de carbono do que no caso da gasolina, e sua produtividade ser duas vezes superior à do etanol proveniente do milho.

ÁLCOOL: ENERGIA ECOLÓGICA

Assim, em busca de um desenvolvimento que proporcione qualidade e continuidade dos benefícios do meio ambiente, alternativas foram propostas no sentido de minimizar o consumo de combustíveis fósseis escassos por combustíveis renováveis e ecologicamente corretos. Porto – Gonçalves (2006) analisa que:

Os países que são os maiores responsáveis pela emissão de gases de efeitos-estufa são os países desenvolvidos que, por sua vez, construíram seu processo de desenvolvimento com base numa matriz energética fossilista, base essa que não pode ser estendida aos países menos desenvolvidos, sob pena de agravar o problema do aquecimento global. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 343).

Em decorrência da utilização indiscriminada de combustíveis fósseis, os níveis de gases-estufa aumentaram acima do necessário para a nossa sobrevivência no planeta, e a partir de então, o seu aumento passou a ser objeto de preocupação. Uma das diversas preocupações que está no centro dos debates mundiais é as mudanças climáticas que neste século são apontadas como graves implicações planetárias, que podem mudar o rumo da própria espécie. Os

cientistas já demonstram algumas das conseqüências e indicações do aquecimento global. Vejamos abaixo:

Ondas de calor extraordinárias, imensos incêndios florestais motivados pela seca, tormentas fortes, precipitações torrenciais e inundações catastróficas. Uma crescente onda de eventos climáticos extremos está assolando o planeta. Nos primeiros 11 meses do ano de 1998 o mundo perdeu quase 90 bilhões de dólares com danos relacionados com o clima, mais da metade que o recorde previamente estabelecido somente dois anos antes, dano econômico esse maior, em um só ano, que em todos da década de 1980 juntos. (Op site PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 332).

Infere-se que os países que com o uso desse modelo chegaram ao conhecido desenvolvimento econômico, a maioria localizada no hemisfério norte, geraram a maioria dos problemas ambientais hoje existentes (ALTIVATER, 1999). Assim, emerge uma proposta que procura encontrar um modelo de crescimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas (Nosso Futuro Comum, 1991), com mudanças profundas nos conceitos de meio ambiente, nos padrões de produção e consumo.

Diante disso, foi proposto um Fundo de Desenvolvimento Limpo que se destinaria ao desenvolvimento sustentável dos países do terceiro mundo de modo a evitar emissões excessivas de carbono. Esse fundo seria constituído por recursos de multas ou taxas que seriam aplicadas aos países ricos pelo excesso de emissão ou sobre o consumo de combustíveis fósseis acima de um teto a ser convencionado. Em resposta a proposta do FDL foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, a fim de que empresas dos países ricos possam fazer investimentos no Terceiro Mundo para evitar emissões, ficando com os créditos como forma de cumprir parte dos compromissos do Protocolo de Kyoto. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 344).

O MDL incentivaria o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos através de uma troca desigual nos créditos de carbono. Em um lugar o meio ambiente é teoricamente mantido para o resgate do carbono, e em um outro, se continua a perpetuar o modelo de desenvolvimento industrial fossilista. Aquele que poupou o meio ambiente receberá recursos para continuar poupando e em contrapartida o outro continua com a sua política de emissão excessiva de gases poluentes na atmosfera.

A geopolítica do desenvolvimento sustentável vê com otimismo a solução das contradições entre economia e ecologia ao propor, ainda, a reconversão da biodiversidade em coletores de gases de efeito estufa (principalmente dióxido de carbono), com o qual se exime de responsabilidades os países industrializados pelos excedentes de suas cotas de emissões, enquanto se induz uma reconversão ecológica dos países de terceiro mundo. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 345).

A esse tipo de troca desigual a que foi mencionado por Porto-Gonçalves (2006, p. 345) como um mercado de carbono, atuando como salvo-conduto, indultos ambientais ou mesmo um direito de poluir, em que os poluidores passarão a comprar os direitos de poluir daqueles que estão abaixo de suas cotas. E, também, se dispõem a vendê-los a um preço inferior ao que teria custado a despoluição *in loco*, e nisso, continuam as suas trajetórias ambientalmente insustentáveis em vez de promover uma mudança radical nos seus etilos de desenvolvimento e padrões de consumo.

Portanto, diante disso tudo é que nos interrogamos como podemos nos moldes da sustentabilidade, fundamentada pela eficiência ecológica, prudência social e viabilidade econômica (Sachs, 1989), inserir um empreendimento agroindustrial fundamentada na exploração irracional dos recursos naturais como a água, a exploração e a degradação da mão de obra e na concentração de terra. A insustentabilidade já é visível na própria história de desenvolvimento na costa do país e na região Sudeste, seja na questão ambiental pela queima do canavial seja na questão social pela exploração degradante da mão de obra.

A agroindústria Álcool Verde surge como proposta para o início de uma nova era no setor sucroalcooleiro, agora com uma roupagem verde, com respeito ao meio ambiente, com responsabilidade social na forma de proporcionar um combustível alternativo mais barato que o convencionalmente oferecido.

O termo "verde" sugere que aqui na Amazônia, a sua reprodução será diferenciada da convencionalmente conhecida. Algumas modificações na forma do plantio, da colheita e do processamento já foram divulgadas.

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E SUAS CONTROVÉRSIAS

Com a atual crise no setor de alimentos, o álcool volta a entrar em debate. pois, com o aumento da oferta e conseqüente demanda pelo álcool combustível, cresce o plantio em novas áreas e a substituição de outras anteriormente ocupadas por algum tipo de gênero alimentício. Com essa lógica, o cultivo da cana-de-açúcar esta aumentando e tendem a aumentar as dificuldades para a construção de uma segurança alimentar no país. Para Oliveira (2008), a questão do agrocombustíveis e a produção de alimentos se contrapõem no campo brasileiro, pois a área plantada da cana-de-açúcar já ocupa a quase totalidade dos solos férteis existentes no estado de São Paulo.

Os dados do IBGE, entre 1990 e 2006, revelam a redução da produção dos alimentos pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar, que cresceu nesse período, mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que, neles, ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. (OLIVEIRA, 2008).

Podemos constatar que o avanço do plantio da cana-de-açúcar não encontra limite geográfico, chegando ao Cerrado e recentemente na Amazônia. A sua expansão segundo Oliveira (2005) apud Souza; Conceição (2008, p. 121) leva a redução da produção de alimentos para o mercado interno, repercutindo na perda da segurança alimentar e de soberania alimentar.

Embora a expansão esteja mais concentrada em São Paulo, já o está também no Paraná, em Mato Grosso do Sul, no Triângulo Mineiro, em Goiás e em Mato Grosso. Nesses Estados, reduziu-se a área de produção de alimentos agrícolas e se deslocou a pecuária na direção da Amazônia, isso deu conseqüentemente em desmatamento. Por isso, a expansão dos agrocombustíveis continuará a gerar a redução da produção de alimentos. (OLIVEIRA, 2008).

No entanto, para Abramovay (2008), o efeito da expansão da cana-de-açúcar sobre a produção a alimentar não chega a comprometer o abastecimento brasileiro ou suas exportações.

[...] A situação é totalmente diferente da que se observa na produção de etanol de milho, cuja eficiência energética é muito baixa. A eficiência da cana é altíssima e continua subindo. Comparado com os cereais ou com a pecuária, o espaço ocupado pela cana é pequeno e mesmo o horizonte de sua expansão dos atuais 7 milhões para 14 milhões de hectares em 2020 não representa ameaça à segurança alimentar brasileira. É verdade que os alimentos estão mais caros, mas não é correto responsabilizar a cana-de-açúcar por isso. (ABRAMOVAY, 2008).

Essa posição é fortificada com o argumento de Romano (2008), de que o aumento dos preços dos alimentos está ligado a muitas causas, tais como: fatores relativos à demanda, fatores relativos à oferta e elementos mais estruturais, e um fator característico do mercado capitalista e das políticas protecionistas da especulação. Assim, vários autores apontam que para explicar o aumento exponencial dos preços dos alimentos é preciso dar mais atenção à especulação, pois, “estes aumentos especulativos seriam resultados do capital financeiro ter começado a investir fortemente nos mercados internacionais de produtos agrícolas depois da crise no setor imobiliário” (ROMANO, 2008, p. 11 - 12).

A PROPOSTA “SUSTENTÁVEL” DO PROJETO AGROINDÚSTRIA ÁLCOOL VERDE

Diante dos pressupostos apresentados e dos desafios nas esferas energética, ambiental e alimentar, passemos a apresentar as propostas defendidas pelo empreendimento agroindustrial, lembrando que estamos falando do avanço do plantio de cana-de-açúcar para a Amazônia, e, portanto, qualquer proposta

deve ser minuciosamente investigada no sentido de não cometermos mais os velhos erros decorrentes das políticas de desenvolvimento para a região.

Em relação à vinhaça nota-se a preocupação cada vez maior da sociedade científica com o risco que esse material altamente poluente pode causar aos cursos d'água superficiais (rios, lagos, nascentes e várzeas) e ao lençol freático através da percolação até as águas subterrâneas.

Nessa perspectiva, o governo do estado do Acre aproveita-se dessa nova conjuntura em que se encontrava o etanol como combustível e por meio de políticas públicas para fim de desenvolvimento, adquiriu junto ao Banco do Brasil por R\$ 3 milhões a área de 61.572 hectares e o que restou do maquinário da Usina Álcool Brasileiro S.A – ALCOBRAS. E os repassou para a iniciativa privada gerir, por meio de grupos tradicionais neste ramo da agroindústria, pelo prazo de vinte anos. Entretanto, a única exigência que se fizera na lei foi a de que o bem (Usina Alcobrás), após prévia avaliação, poderá ser cedido, permutado ou alienado, desde que sua utilização permanece nos limites do Estado do Acre. (ACRE, 2005)

A partir do contrato assinado com o Banco do Brasil, o governo do estado, através da Secretaria de Agricultura e Pecuária, na gestão do secretário Mauro Ribeiro, fez a parceria com o Grupo Farias, do Estado de Pernambuco, dono de 65% do capital do projeto; o Grupo Maubisa de São Paulo representa 10% do Projeto e um Consórcio Acreano representa 25%, fundando assim a Álcool Verde S/A, com a administração do Grupo Farias, que estima que já investiu dezenove milhões, inicialmente na organização do plantio de cana-de-açúcar no local e já se prepara para a fase de colheita e de industrialização, sendo que a empresa estima o prazo de cinco anos para o retorno do investimento (MAIA, 2007).

Com a reativação do agronegócio, o governo do estado do Acre pretende desenvolver o local com a intensificação da agricultura nas áreas já desmatadas, permitindo viabilizar tanto a geração de emprego e renda para as populações rurais, quanto o abastecimento dos mercados urbanos, além de contribuir para reduzir as pressões de desmatamento no Estado do Acre. Com a reativação da agroindústria de processamento de cana-de-açúcar para produção de álcool e açúcar, esta cultura deverá assumir grande importância econômica, social e ambiental nos próximos anos. Como esta é uma cultura intensiva no uso de insumos e mão-de-obra, a tendência é que ela venha ocupar áreas capoeiras e de pastagens em degradação localizadas a distâncias de até 50 km da agroindústria. (ACRE, 2006, p. 156).

Outra questão que merece bastante atenção é a estrutura fundiária local. Hoje, o Estado do Acre apresenta 55,47% de suas terras destinadas a Projetos de Assentamentos e a Áreas Naturais Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas). As Terras em Discriminação *sub judice* representam 2,50% da superfície estadual. Enquanto, as terras públicas não destinadas representam apenas 3,19%. As Terras Dominais (Lotes Titulados e a Titular) constituem 1,27% de sua superfície. Os imóveis rurais sob domínio de particulares compreendem

30,95% das terras do Estado. Já as áreas a serem discriminadas totalizam 6,62% da superfície estadual. Juntas, essas denominações somam 44,53% das terras estaduais (ACRE, 2006, p. 102). Assim sendo, a expansão deste agronegócio deverá atentar e respeitar as características locais para as implicações de qualquer manifestação diante da questão fundiária, principalmente em áreas protegidas.

O nome Álcool Verde provoca uma conotação bastante pertinente na região. Exprime uma sensação de respeito ao meio ambiente, à sociedade e à economia. Segundo Silva (2009), gerente da Álcool Verde, quando optaram pelo nome "verde" é porque estavam realmente interessados em criar um empreendimento capaz de ser inserido no modelo sustentável, totalmente comprometido com a preservação da Amazônia.

Para a instalação a Álcool Verde teve problemas no licenciamento ambiental. No entanto, no dia 15 de abril de 2009, tentando pôr um ponto final nesta questão se reuniram os representantes da agroindústria e membros do Ministério Público Federal. No encontro foi lavrado um Termo de Ajustamento de Conduta na qual a Álcool Verde se comprometia em proteger os ecossistemas atingidos pela usina. Além disso, implicitamente outros compromissos foram firmados (O RIO BRANCO, 2009, p. 07):

1. Fogo – o uso do fogo não será admitido em qualquer etapa da lavoura da cana-de-açúcar e essa não poderá ser adquirida de qualquer produtor que faça uso da queima da cana como procedimento prévio da colheita;

2. Desmatamento da floresta – as áreas para o plantio serão provenientes de antigas áreas degradadas de pastos, não sendo permitido o desmatamento da floresta para a ampliação do cultivo. Mesmo as áreas arrendadas deverão estar com o licenciamento ambiental regularizado, sob pena de responsabilizar a Álcool Verde. Além disso, a empresa será responsável por toda a supressão das áreas de preservação permanentes e de reserva legal que porventura venha a ocorrer. As áreas que já se encontram modificadas deverão ser alvo de programas de replantio ou de isolamento. A monocultura deverá ser desestimulada, possibilitando, com o plantio de cereais parcerias com os pequenos agricultores da região. Por fim, com o intuito de prevenir prejuízos insanáveis ao solo, a empresa deverá realizar estudo sobre impacto gerado pelo uso de agrotóxicos após cinco anos de funcionamento e corrigir os prováveis danos causados;

3. O uso dos recursos hídricos – o empreendimento, segundo estimativa, poderá fazer uso de 1,25 milhões de litros de água durante a produção. Visando atender a essa demanda a usina deverá priorizar o uso de poços artesianos, além de realizar trimestralmente monitoramento do volume e da qualidade da água nos afluentes utilizados e do lençol freático na área do empreendimento. Caso haja redução no volume dos rios e igarapés utilizados pela usina, a captação da água deverá ser cessada imediatamente, eliminando a possibilidade de prejuízo às populações que utilizam da mesma fonte de água. Na região vivem os homens amazônicos: ribeirinhos, seringueiros e pequenos

agricultores. Além disso, com o objetivo de diminuir em 10% a utilização de água na obtenção do álcool, a empresa deverá aperfeiçoar o mecanismo industrial de processamento da cana-de-açúcar.

4. Utilização dos subprodutos – o bagaço será utilizado como biomassa na geração de energia e a vinhaça utilizará como fertilizante. A utilização dos mesmos deverá ser monitorada anualmente, prevenindo o enfraquecimento do solo;

5. Proteção aos sítios arqueológicos – na área arrendada pela empresa existe diversos “geoglifos”, que já estão em fase de tombamento pelo IPHAN. Assim, os proprietários das áreas já estão conscientizados da importância da proteção desses sítios.

Todos esses objetivos fazem parte das intenções de tornar sustentável a agronegócio da cana-de-açúcar no estado. Além da preocupação com o meio ambiente, alguns compromissos desencadeiam em posturas socialmente recomendáveis que devam favorecer as comunidades vizinhas ao empreendimento, sem contar na proposta de geração de emprego e renda na região, além dos benefícios aos consumidores do combustível produzido.

A venda do álcool hidratado se destinará prioritariamente para o mercado consumidor local, ou seja, em torno de 20% a 30% do álcool produzido, e o restante 80% ou 70% para à produção de açúcar ou álcool em anidro. No entanto, o preço do combustível, para ter uma vantagem em comparação à gasolina, deve estar em torno de 70% do preço da gasolina; aí ainda é viável, na base econômica e ambiental. A usina propõe vender às distribuidoras a um preço em torno de 60% do preço da gasolina, proporcionando um preço inferior ao atual, restando saber qual será o valor adicionado a partir da distribuidora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é cedo para afirmar que está proposta esteja contribuindo para o respeito ao meio ambiente, para a justiça social e para a equidade econômica da região. Qualquer que seja a nossa opinião, será um tanto precoce, devido ao andamento do processo.

Em se tratando dos primeiros apontamentos sobre o processo de territorialização da agroindústria canavieira na Amazônia, estamos convencidos de que a proposta é muito atrevida ao sugerir a reprodução sucroalcooleira influenciando na reordenação territorial e produtiva, da mudança no padrão da pecuária para a monocultura da cana-de-açúcar, como via de desenvolvimento em bases sustentáveis.

O ponto de partida já foi dado. Resta-nos acompanhar o andamento do processo para investigar os rumos que esta proposta deverá tomar; se seus objetivos serão eficazes para o desenvolvimento regional, ou, então, mais uma vez teremos prejuízos incalculáveis na Amazônia.

Cabe ressaltar que qualquer projeto de iniciativa pública deve garantir no mínimo sustentabilidade ecológica, econômica e social dentro das peculiaridades regionais para que não afoquemos a Amazônia no “mar de cana”.

Sustainability as a development strategy: the case of the “green alcohol” in Capixaba – Acre

ABSTRACT

Today, in face of the environmental issue, the emergence of economic development models that recognize the carrying capacity of the planet earth and respect its limits is remarkable. The proposed Ecodevelopment emerged in a context of controversy over the relations and economic environment as an alternative to growth that reconciles economic viability, social equity and ecological prudence. Later it was called sustainable development as a conciliatory proposal, which acknowledges that technical progress effectively relativizes environmental limits, but does not eliminate them, and that growth is necessary but not sufficient for the elimination of poverty and social inequalities. Finally, it was defined as one that meets current needs without sacrificing the ability to meet its future. In view of these considerations, we point out the “alcohol paper” as a proposal to promote agribusiness in the Amazon “sucroalcooleiro” West, its contributions and drawbacks in the process of sustainable development.

Keywords: sustainable development, agribusiness, Amazon region.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O desafio Socioambiental. Disponível em: editora.globo.com/especiais/2008. Acesso em: 16/06/2008.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 354p.

_____. Assembléia Legislativa do Estado do. Lei Ordinária nº 1.636, de 30 de março de 2005. Rio Branco, 30 de mar. de 2005. Disponível em: <<http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/2005/lei1636>>. Acesso em 07/11/2007.

BOURNE JR, Joel K. Petróleo Verde. National Geographic: Brasil. Outubro 2007. Ano 7. nº 91. ISSN 1517-7211. p. 56 – 77.

SILVA, Elânio Pereira da. Elânio Pereira da Silva: entrevista [abril. 2009]. Entrevistador: Cleilton Sampaio de Farias e José Laves. Rio Branco, 2009. 01 fita cassete (60 min), estéreo. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador.

FERREIRA, Edmilson. Álcool Verde anuncia a fase de industrialização do Acre. *Jornal Página 20*. Rio Branco, 12 de ago. de 2007. Disponível em: <http://www.jornalpagina20.com.br/especial/alcoolverdeanunciafasedeindustrializaacaonacre>>. Acesso em 12/08/2007.

MAIA, Tião. Álcool Verde: um empreendimento que vai gerar emprego e renda. *Jornal Página 20*. Rio Branco, 12 de ago. de 2007. Disponível em: <http://www.jornalpagina20.com.br/especial/AlcoolVerde:umempreendimentoquevaigerarempregoerenda>>. Acesso em 12/08/2007.

O RIO BRANCO. MPF/AC firma acordo com a usina Álcool Verde: Termo firmado visa proteger os ecossistemas atingidos pela Usina. *Jornal O Rio Branco*. Rio Branco/AC, 16 de abril de 2009. P. 07.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agrocombustíveis e produção de alimentos. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 23/04/2008.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 30 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PROÁLCOOL, Programa Brasileiro de Álcool. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/proalcool>>. Acesso em 26/10/07.

RODRIGUES, R. (2001). Bagaço e Álcool. *Revista Agroanalysis*, São Paulo, ABAG- Associação Brasileira de Agrobusiness, dezembro de 2001.

ROMANO, Jorge. A fome que dá lucro. *Le monde Diplomatique Brasil: Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil*. Ano 01. Numero 12. Julho 2008. p. 10 e 11.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. *Revista Pegada* – vol. 09 n. 1, junho de 2008.

Biografia: Licenciado em Geografia pela UFAC, Gestor de Políticas Públicas do Acre, Mestrando em Desenvolvimento Regional, membro do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) UNESP – Presidente Prudente/SP.